

## DE ADÃO À EVA: A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE A PARTIR DO DISCURSO DO CRISTIANISMO

### *FROM ADAM TO EVE: THE CONSTRUCTION OF MASCULINITY FROM THE CHRISTIAN DISCOURSE STANDPOINT*

Renata Maioli Rodrigues Gastaldi<sup>1</sup>

Rafael Bianchi Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo objetiva realizar uma descrição da construção da masculinidade a partir do discurso religioso judaico-cristão e discutir quais suas implicações nos dias atuais. Para isso, utilizam-se para análise, histórias de personagens masculinos e femininos da Bíblia Sagrada para averiguar os papéis e funções atribuídas aos mesmos e as características que compuseram suas identidades. Levantou-se que estas foram compostas por conceitos demarcados que compuseram a construção de uma masculinidade que verte para um modo de agir e de existir pautado na hierarquia do homem sobre a mulher presente até hoje. Conclui-se que o discurso religioso assinalou um modelo masculino estruturado. Acreditamos que somente a partir de uma masculinidade mais flexível será possível configurar e construir novas proposições de ser.

Palavras-chaves: Masculinidade. Gênero. Historicidade. Papéis Sociais. Psicologia

**Abstract:** The objective of this article is to give a description of the construction of masculinity from the Judeo-Christian religious discourse and to discuss its implications in the present day. For this, histories of male and female characters of the Holy Bible are used to analyze the roles and functions attributed to them and the characteristics that made their identities. It was possible to observe that the identities were created based on concepts marked out that composed a construction of masculinity based on a man over woman hierarchy present until today. It is concluded that the religious discourse marked a structured

---

<sup>1</sup> Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEL). Docente da Faculdade Pitágoras de Londrina. Email: regastaldi@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Educação (Unesp/Marília). Docente da Pós-Graduação em Psicologia e do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Email: tibx211@yahoo.com.br

masculine model. We believe that only from a more flexible masculinity will it be possible to configure and construct new propositions of being.

Key words: Masculinity. Hierarchy. Gender. Historicity. Social Roles. Psychology.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo visa realizar um levantamento da concepção de masculinidade presente no discurso religioso judaico-cristão para, em um segundo momento, discutir como tal concepção se faz presente bem como suas implicações nos dias atuais. Neste viés, entendemos que o estudo de tais questões pode nos ajudar a compreender a complexidade da produção da subjetividade humana ao mesmo tempo em que fomenta o debate acerca da construção das novas identidades masculinas no momento contemporâneo. Como bem aponta Martins (2013, p.147):

No lento e descontínuo processo de configuração das subjetividades modernas, o gênero é uma categoria central, solidamente incorporado, sexuado e institucionalizado. Os discursos de gênero estão nas origens da separação e da delimitação de espaços, de valores e de práticas que são naturalizadas, operando numa lógica binária muito presente na modernidade e nas suas múltiplas narrativas.

Nessa direção, a construção social da identidade masculina contempla um conjunto de normas e símbolos que a definem, determinando o que é “normal” ou “natural” conforme cada sociedade (OSHIRO, 2017). A importância de se pensar a masculinidade a partir da ótica do discurso religioso se dá visto que, tais preceitos e histórias descrevem um modo operante de ser homem, mostrando a construção de uma tradição caracterizada pela hierarquia do homem sobre a mulher. Esta condição favoreceu o homem colocando-o numa posição de destaque na estrutura social e atestando seu reconhecimento e lugar privilegiado na sociedade.

Esta figura masculina tem, por este viés, a consolidação de uma identidade. Hall (2014) comenta que a identidade é vista como algo acabada, enquanto deveria, na verdade, ser tomada como algo em andamento, em movimento. Assim, entendemos que a identidade masculina definida e pautada nos seguimentos religiosos nos primórdios da cristandade sedimentou-se até os dias de hoje, ao mesmo tempo, em que novas demandas e desafios são colocados aos sujeitos desafiando uma pretensa rigidez dos papéis colocados.

Assim, destacamos que não se trata aqui de discutirmos a religião em si, mas o quanto esta ecoa na forma de ser homem, perpassa diferentes tempos históricos, se traduz a partir da cultura e dos conceitos e premissas morais, concretizando-se num modo pessoal de ser e de viver, especificamente o masculino. Sobre a questão, pontua Souza (2010a, p. 37) que é neste espaço simbólico que “[...] os corpos, o comportamento e os desejos são ensinados de forma coletiva aos postulantes ao status de homem [...]”.

Ecco (2008) coloca que as construções religiosas, por serem consideradas como duradouras e com grande penetração na sociedade, disseminam suas concepções no cotidiano das relações sociais: “no seio de nossa cultura, as ideias religiosas permanecem com grande peso, e em todas as expressões religiosas oriundas da tradição cristã há muita ênfase na manutenção da supremacia masculina [...]” (p. 93). Os impactos desse processo são indicados por Coelho (2015, p. 16) ao afirmar que:

[...] os princípios da visão dominante são também inculcados pelas mulheres que acabam por achar natural a ordem social tal como é, e, assim, incorporam uma maneira de ser que corresponda às expectativas do olhar masculino. Nesse sentido, a força da dominação masculina está, principalmente, no fato dela ser isenta de justificação, uma vez que é sancionada pela própria ordem social.

Em conformidade a essa ideia, Toldy e Santos (2016, p.44) afirmam que:

Se a religião entende que existe um plano (imutável, inquestionável) para os gêneros que foi concebido pelo transcendente, como é possível pensar em formas de construção, desconstrução e reconstrução desse mesmo plano [...]. O conceito de natureza

aparece, assim, como uma forma de manter uma ordem social legitimada pelo transcendente [...]

Assim, tomamos a Bíblia Sagrada como uma obra que traz e dissemina esse discurso acerca do masculino. Entendemos que o discurso fixa lugares e possibilidades dentro de uma teia de práticas a que chamamos sociedade, fornecendo materialidade e legitimidade dessa natureza acima indicada. Entendemos que o discurso bíblico delimita papéis sociais atualizando-os a partir práticas hegemônicas que materializam as articulações possíveis em um dado campo de relações. O hegemônico é aquele que apresenta enquanto síntese – ou verdade – de um coletivo ou contexto social (SALES JUNIOR, 2014).

No que se refere a obra em análise – a Bíblia Sagrada -, sua escolha se justifica porque nosso país é a maior nação católica do mundo além de ter no contexto atual a presença de uma enorme expansão das correntes evangélicas (AZEVEDO, 2010). Deste modo, utilizamos como ponto de partida para nossa discussão as histórias narradas de personagens bíblicos como Adão, Abraão e Salomão às mulheres Eva, Sarah e Jezebel, de modo a refletir as funções demarcadas do feminino e do masculino. Conforme pontua Lemos (2011, p. 4), nesse contexto “[...] a masculinidade é desenvolvida em constante relação com a feminilidade, tais representações se constroem na tensão, no conflito e na oposição”.

Referimo-nos à religião judaico-cristã como um conjunto de premissas materializadas em enunciados discursivos que, alicerçados pelo livro da Bíblia Sagrada, serve como um protótipo de conduta nas ações do ser humano. Entendemos que o discurso religioso constitui e embasa uma gama de costumes e crenças presentes na vida de cada sujeito em determinado tempo histórico que, como situa Souza (2010b), aprendem a desempenhar papéis sociais desde tenra idade, constituindo marcas que são expressas ao longo da vida.

Durkheim (1996) pontua a religião como sendo um lugar de reflexão tomado num contexto de representação coletiva em que fornece subsídios para

as manifestações e representações simbólicas. Neste sentido, o autor considera a religião como um fenômeno coletivo. Blackham (1967, p. 17) corrobora com essa visão ao afirmar a religião é ao fim “[...] um fato social e se desenvolve em contextos sociais, e tem sido constantemente extraída da sociedade para o contexto da vida pessoal”.

Como salienta Ziles (1993, p. 50), “[...] a vida humana articula-se em cultura e essa por sua vez, vincula-se à vida concreta de um povo”. Ou seja, compreendemos que o ser humano ao vir ao mundo já está envolto por costumes, tradições e convenções sociais que fazem ligação direta com a cultura a que este pertence. A religião, como parte do campo social, atua enquanto atravessamento importante nos sujeitos demarcando formas de cultura e modos de condução da vida. Desta forma, cultura e religião são instâncias imbricadas. Logo, não apenas a herança física se faz presente, mas também a herança social na qual as influências religiosas fazem composição aos laços afetivos, aspectos psicológicos e as práticas discursivas.

Tendo esses elementos como premissa, no que tange ao caminho que será realizado para mapearmos a concepção do masculino presente na Bíblia Sagrada, partimos da narrativa da criação do homem por Deus demonstrando o quanto o posicionamento frente ao primeiro ser criado e único no paraíso fomentou uma visão determinista de masculinidade pautado nas relações de poder e de hierarquia. Em um segundo momento, as questões giram em torno dos papéis exercidos pelos personagens destacados que legitimam as diferenças e funções do que se compreende ser homem e ser mulher. Vê-se que os perfis descritos a partir dos papéis sociais demarcados na Bíblia Sagrada funcionam como uma normativa para identidade masculina.

### **O homem como o “primeiro”, o modelo de superioridade**

Embora as diferentes doutrinas religiosas se constituam em aspectos exclusivos e particulares relativos à moralidade e à conduta, de modo geral, no

que tange ao cristianismo, apresentam um ponto em comum entre si: a presença de um líder, visto em uma posição de superioridade dentre os demais membros da comunidade tomada como um porta-voz e representante de Deus na terra. Isso pode ser visto, por exemplo, no papel exercido pelo sacerdote ou pelo pastor (no catolicismo e protestantismo, respectivamente). Trata-se de um dado importante para a análise que visamos empreender, visto que se observa que a tradição judaico-cristã não traz a sua frente, enquanto referência maior, uma deusa (e conseqüentemente uma representante feminina) como condutora dos homens e quando esta é citada, logo é apresentada num nível inferior de importância ao Deus supremo. Esse dado contrasta com outras religiões na qual encontramos a presença de referências femininas na condição de deusas (como por exemplo, Atenas, Artêmis e Perséfone na mitologia grega, Minerva e Vênus na romana ou ainda Iemanjá presente na religião afro brasileira).

A partir de um deus masculino, acena-se para outro ponto relevante, que é a ideia de igreja. Segundo Ferreira (2010), o termo significa um local ou um edifício que acolhe a comunidade, espaço destinado às celebrações e cultos religiosos, um local que abriga os fiéis. Outras variações do termo são possíveis, como a Sinagoga, a Medina, a Mesquita, sendo que todos eles dizem respeito a um substantivo feminino. Logo, o artigo “a” faz referência a um lugar que poderia sugerir, ao ser adjetivado como feminino, a presença de uma analogia à maternagem. Assim, temos aqui a compreensão da Igreja como a mulher-mãe, aquela que envolve e acolhe. Ao mesmo tempo, em que possui um papel considerado importante, ela não tem uma autonomia irrestrita, já que sua condução é de responsabilidade do representante masculino, que ocupa o lugar de voz divina, aquele que, conforme diz Campbell (1991), direciona e lidera os fiéis gerados. O que se percebe até então, é que algo de uma posição já demarcada institucionalmente acompanha a religião cristã no curso da história, consolidando-se no que é conferido ao masculino e ao feminino.

A religião é patriarcal, planejada e executada por homens, reconhecida e validada por eles. Na cúpula das igrejas, os homens são os responsáveis e buscam satisfazer seus mais íntimos interesses, ignorando a existência das mulheres, principalmente no

que diz respeito ao planejamento de suas ações e à concorrência igualitária aos cargos religiosos mais altos das igrejas (OSHIRO, 2017, p. 95).

Tomando a Bíblia Sagrada como um objeto de análise, podemos perceber que desde seu primeiro livro, a começar pela cena inicial da criação do mundo exposta em Gênesis, o homem criatura divina de Deus, reinava como soberano e como ser único sobre os animais e sobre toda forma de vida na terra como as plantas.

Começemos pela criação do homem onde *Deus o cria à sua imagem e semelhança e levantamos como primeira hipótese que se Deus fez o homem à sua imagem e semelhança, o fez como sexo masculino, uma vez que não se tratava de uma deusa e sim de um (o) deus.*

A representação social da masculinidade relaciona-se intimamente com a religião. A própria ideia de deus é marcada pelos atributos físicos e subjetivos da masculinidade: força, autoridade, barba, cabelos grisalhos, potência, coragem etc. Deus jamais é representado (pinturas, discursos, práticas) enquanto um homem com características atribuídas às mulheres (emoção, doçura, afeto) (LEMOS, 2011, p. 12).

Numa segunda hipótese, se for semelhante a este, além da imagem, também é semelhante na condução das coisas, no modo austero de se referir às pessoas. O Deus do Antigo Testamento não era um Deus dotado apenas de afeto e sim de imposição, firme nas palavras, ativo e castigador (como se vê, por exemplo, nas passagens do dilúvio, da peste e da destruição de Sodoma e Gomorra: um ser divino, masculino) que se utilizava da violência na punição dos seres mortais. Tais eventos demonstram toda ira do Criador e como tais características – ira e ódio – estão também presentes no homem. Em Jeremias, capítulo 44, versículo 13 é pontuado: “Castigarei os que residem no Egito, como o fiz em Jerusalém, pela espada, pela fome e pela peste” (Jr, 44: 13).

Em outra passagem, Deus impõe ao homem uma tarefa, como visto em Gênesis 1, versículo 26: “*E disse Deus: [...] enchei a terra, e sujeitai-a; e*

*dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra” (Gn, 1: 26). Aqui se vê que o homem recebeu de Deus uma missão cultural de poder sobre a terra, uma forma de domínio que foi lançado ao homem gênero masculino e que o leva a encarnar o papel de administrador das criaturas postas no mundo.*

Neste quesito, temos um homem configurado desde os primórdios como um ser ímpar, exclusivo, austero, tomado de razão. Nunes (1987) aponta que o livro do Gênesis configura para uma política sexual desde quando Deus cria a mulher a partir da costela de Adão (marca e símbolo da dependência) e nomeia o homem senhor de todas as coisas, retratando uma posição de Deus masculinista em relação à mulher.

Assim, a Bíblia Sagrada cita alguns personagens que representam a condição do que era ser homem. No Antigo Testamento, têm-se aqueles que são chamados de Patriarcas, que são homens e chefes de grupos familiares que prosperaram em muitos filhos, alongaram a sua descendência e cumpriram a missão dada por Deus como, por exemplo, Moisés e Abraão.

Segundo Campbell (2004), neste contexto, observa-se a presença marcante do patriarcalismo, que embora já existisse com o hinduísmo, se desenvolveu com o povo hebreu e envolvia além da missão de chefes de família, o exercício de atividades nômades de pastoreio de gado. São vistos como nômades por enfrentarem perseguições religiosas e não terem uma terra própria – uma pátria. De acordo com Nunes (1987), o patriarcado originou-se em meados do oitavo milênio antes de Cristo. O autor pontua que mesmo o sacerdócio e as funções produtivas e militares administrativas eram voltadas ao homem configurando um patriarcalismo rígido entre os hebreus. Saffioti (1987:47) afirma que:

[...] calcula-se que o homem tenha estabelecido seu domínio sobre a mulher há cerca de seis milênios. São múltiplos os planos da existência cotidiana em que se observa esta dominação. Em termos muito simples, isto quer dizer que os homens tomam as grandes decisões que afetam a vida de um povo.

Este domínio nas relações configura o conceito de “patriarcal”, ou “patriarcado”, que se refere a uma categoria em que se implica a dominação do homem sobre a mulher. Portanto, conforme pontua Saffioti (2005), o patriarcado abrange um conjunto de relações sociais que envolvem relações hierárquicas entre homens e os empoderam para exercer o controle sobre as mulheres.

Saindo dos grandes patriarcas e adentrando ao tempo dos reis e juízes tem-se Salomão, filho do Rei David e de Bateseba, um homem que exerceu importante influência na história bíblica. Sua vida é apresentada em três livros na Bíblia Sagrada (Cânticos, Provérbios e Eclesiastes), que retratam as três fases de sua trajetória: infância, vida adulta e velhice. Também é citado em Reis I e Sabedoria (Sabedoria de Salomão). Foi considerado um homem dotado de grande sabedoria, fazendo com que pessoas da região e de terras distantes viessem até ele para receber seus conselhos.

Segundo Costa (1974), a fragilidade de Salomão foi deixar que a grandiosidade das riquezas atrapalhasse a supremacia de sua sabedoria. Considerado um homem justo, faz-se presente nos dias de hoje por meio de histórias como a das duas mulheres que disputavam a mesma criança dizendo-lhe serem as mães. Para agir com sabedoria e justiça e entregar a criança à verdadeira mãe, determinou ao Capitão da Guarda que dividisse a criança ao meio com sua espada e entregasse uma parte a cada uma das mulheres. Para Salomão, a resposta viria na reação das mulheres perante sua sentença e assim o fez. A mãe verdadeira abriu mão da criança ajoelhando-se aos seus pés e implorando ao rei que não fizesse tal ato. Deste modo, Salomão recebe a resposta e entrega-lhe o filho. Este episódio é designado como o Julgamento de Salomão e sabe-se que é utilizado até hoje como referência nos casos de elaboração de leis como Guarda Compartilhada e Guarda Alternada e nos julgamentos nos tribunais atrelados à Vara de Família (SHINE, 2010).

Salomão teve uma esposa, Anelise, filha do faraó. Entretanto, teve vários amores estrangeiros. O livro de Reis I, versículo 11 diz que “[...] amou muitas mulheres, entre elas moabitas, amonitas, edomitas e hiteias. Teve

setecentas esposas de sangue real e trezentas concubinas” (COSTA, 1974, p. 306). Neste episódio, foi advertido por Deus que as mulheres poderiam arrastar e perverter seu coração, mas deixou-se levar e foi castigado.

O que se observa é que sua trajetória é marcada por grandezas e poder. Pode-se inferir que Salomão, no percurso da história, traz a representação de uma construção de homem pautada no exacerbado, no maior, no endosso do “a mais”, tanto nas questões que envolvem o trabalho e a condução do governo (frotas e templos), como no lado afetivo (suas mulheres e seus amores).

A partir dos pontos aqui discutidos, concluímos este primeiro momento assinalando que a ênfase dada aos homens se faz, portanto, pela via dos modelos dos patriarcas e dos reis e juízes, pessoas que ocupam lugar de destaque em seu contexto de atuação social. São protótipos de homem tidos como poderosos que se firmam como uma figura que alicerça uma masculinidade pautada pelo e no superlativo.

### **Papéis demarcados, diferenças acentuadas**

Nesta seção, seguiremos as trilhas deixadas pelo feminino e ao lugar que este ocupa no texto sagrado para compreendemos que a demarcação feita neste endossa um poder hegemonicamente masculino. A Bíblia Sagrada, tanto a que pertence à igreja católica quanto à igreja protestante, apresenta uma mulher que ocupa um papel secundário em relação ao homem que no decorrer da história é vista por ângulos diversos, mas sempre num sentido diminuto tanto numa visão negativa (mulheres inadequadas) como positiva (mulheres adequadas). Citamos a sua origem e suas funções bem como sua posição frente a algumas normativas como o casamento e a poligamia.

Em relação a sua origem, esta é citada em Gênesis, capítulo 2, versículo 22: “E da costela que tinha tomado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher, e levou-a para junto do homem” (Gn, 2: 22). Enfatiza-se, assim, que a mulher teve como finalidade servir de companheira. “Servir”, de acordo com Ferreira (2010:696), significa “estar a serviço de; prestar serviços a; ser servo ou

criado”. No contexto bíblico “servir” remete a uma ideia de ajuda sendo que a mulher, neste caso, presta serviço ao homem, tornando-se sua serva.

Podemos compreender, portanto, que servir vem na contramão da expressão vir-a-ser, em que a mulher vem a ser nada que não esteja vinculada a sua posição frente ao homem, encontrando-se atrás dele. Neste contexto, trazemos o maior exemplo de servidão descrito na Bíblia na figura de Maria, citada assim no evangelho de Lucas, capítulo 1, versículo 38: “Então disse Maria: Eis aqui a serva do Senhor, faça-se em mim segundo a sua palavra” (Lc, 1: 38).

Assim, do ponto de vista hierárquico, a mulher é posta num degrau a menos do que o homem uma vez que esta nasceu da costela de Adão e, desta forma, podemos refletir de que modo ao longo do texto sagrado, este “a menos” lhe confere um lugar de submissão, de quem deve algo, de quem veio depois, posicionando o homem num lugar privilegiado.

A Igreja Católica associava a figura das mulheres, feitas à imagem de Maria, com a pureza de corpo e espírito, enquanto as desviantes, transgressoras, principalmente as prostituídas, seriam ligadas à maldade, à perfídia, ao pecado e à decadência. Se as primeiras eram o espírito e a santidade, as outras seriam carnis e pecadoras, levando os homens à corrupção do caráter e do corpo. Ambas deveriam ser submissas e dependentes, pois a ordenação social assim o exigia; e a ordem natural das coisas não deveria ser questionada por aquelas que eram as destinatárias de um processo de controle ideológico altamente repressor quanto à sexualidade (ALMEIDA; GOMES, 2013, p.257).

Outro ponto importante que oferta à mulher um lugar de protagonista, embora vista de uma visão negativa, refere-se à cena do pecado original. Mesmo sendo o casal expulso do paraíso, toda culpa é atribuída a ela. A desobediência exposta no simbólico da serpente e no fruto da árvore proibida é dirigida a uma mulher e não ao homem. O fruto em questão é uma maçã e não outro fruto qualquer e que levanta a hipótese de ser uma alusão ao órgão genital feminino e reflete toda a sensualidade e sexualidade feminina. A culpa do ato em si é atribuída à mulher que incitou o homem, embora a cena do pecado original provoca-nos a indagar o quadro de um homem passivo.

Badinter (1985) reforça essa posição ao citar que Deus ao saber do ocorrido dirige-se ao homem para pedir explicações e não à mulher e enfatiza, deste modo, que o homem é o responsável pelo casal e não a mulher. Ela é quem deve obediência ao homem, seu marido e seu senhor. Diante do fato, as sanções impostas por Deus também são aplicadas de forma diferente ao feminino e ao masculino. A mulher, a partir do pecado, recebe de Deus toda sua ira que passa a puni-la com as dores do parto devido à desobediência de ter comido do fruto proibido e determina seu pertencimento ao homem como se vê em Gênesis no capítulo 3, versículo 16: “E à mulher disse: Multiplicarei os sofrimentos de teu parto; darás a luz com dores, teus desejos te impelirão para o teu marido e tu estarás sobre **teu domínio**” (Gn, 3: 16; grifo nosso).

Se para Adão o que lhe cabe é ser condenado ao trabalho, conferindo ao homem um traço de qualidade moral, reforçando a partir daí o homem como aquele que está no comando de toda casa e tem sobre a mulher a voz mais ativa, a esta cabe à maternidade e a missão de educação dos filhos. Entretanto, antes do papel maternal, há o casamento considerado a mola propulsora para a procriação.

Para clarificar essa construção, tomamos o caminho percorrido por uma criança, no texto bíblico, até tornar-se adulto e vemos como as condutas são direcionadas de formas diferentes por serem de sexos também diferentes. Assim, por exemplo, o filho homem ao nascer passava pelo procedimento da circuncisão do prepúcio, um ritual que atentava para o significado da aliança de Deus com os homens e confirmava a criança como pertencente ao Senhor.

Chouraqui (1990, p. 129) comenta que “[...] a circuncisão também assinalava um rito de inserção na comunidade, cuja existência ela cimenta – o não circunciso é excluído dela”. Este ritual se fazia tanto para os hebreus como para os escravos que viviam entre eles. Era a partir da circuncisão que a criança recebia o seu nome e em algumas circunstâncias o nome estava relacionado com algum evento ocorrido no nascimento da criança. O nome era dado pela mãe, que estava incumbida de acompanhar todo desenvolvimento do filho, sendo responsável pelos zelos, e educação. Entretanto, o nome vinha

sempre acompanhado pelo nome do pai, afinal “[...] um homem é, antes de mais nada, a consumação de sua linhagem; sua ascendência define sua personalidade” (CHOURAQUI, 1990, p. 130).

As meninas seguiam suas mães em seus afazeres domésticos enquanto os meninos seguiam os pais, astutos nas atividades que os homens do clã executavam. Assim, o menino, nos passos do pai, e a menina, nos moldes da mãe, trilhavam seus caminhos que culminavam futuramente no casamento.

Quanto a esta prática, o autor pontua que este era a finalidade de um homem e de uma mulher. Ao homem estava autorizada a poligamia que era vista como uma consumação de poder e força política. Entretanto, na sociedade hebraica nem todos eram poligâmicos e em muitas famílias se mantinha a monogamia:

A poligamia e o concubinato eram um sinal de poder, de riqueza, de honradez. O pai tinha todos os direitos sobre os homens e mulheres de sua casa. Em certas circunstâncias, ele pode vender os filhos como escravos ou oferecê-los em sacrifício (CHOURAQUI, 1990, p. 142).

A mulher que se dava ao casamento ocupava um lugar na sociedade e implicava numa transferência de sua família de origem para a do clã do marido. Esse lugar estava vinculado à maternidade e por isso havia um espaço demarcado na sociedade: o de mãe. Como aponta Alencar (2016, p. 6)

No discurso que está sendo analisado o plano de Deus para a mulher está profundamente relacionado com o papel de mãe. A mulher deve se reconciliar com sua natureza feminina, entregar o seu ventre para Deus e cumprir a missão de se tornar mãe. Este seria o seu papel [...].

Assim, a noiva passava a constituir-se como propriedade de seu esposo, seu *baal*. O casamento se consumava pela fecundidade, entendida como derivada de uma intervenção divina. Logo, a família se constituía por uma herança patriarcal, em que o pai, como homem da casa, era a referência e a organização do clã e a mulher permanecia abaixo de seus preceitos.

Dentro da instituição casamento, incluímos também, questões acerca da fertilidade/esterilidade, marcos constantes nas passagens bíblicas. Lembramos da história de Abraão e Sarai sua esposa. A virilidade do homem tida como o provedor não se questiona e, portanto, o homem não se coloca como infértil ou estéril. A virilidade de Abraão não era posta em questão. A infertilidade do casal na impossibilidade de gerar filhos é direcionada a Sarai, sua esposa: “Sarai era estéril e não podia gerar filhos” (Gn, 11: 30).

Numa outra cena vê-se Sarai oferecendo sua serva Agar a seu esposo já que como mulher estéril não poderia lhe dar herdeiros: “Eis que o Senhor me fez estéril, rogo-te que possuas minha escrava, para ver se ao menos por ela, eu possa ter filhos” (Gn, 16: 2).

A passividade, servidão e esterilidade eram características assim denominadas e pertencentes ao universo feminino. Ainda neste contexto, a mulher entre os hebreus era posta num nível inferior ao homem e não participava de atividades religiosas exceto sob a permissão do marido:

A adúltera era apedrejada e a menstruação era tida como impureza. A mulher era discriminada e semiescravizada pelo marido, pai ou senhor. Exigia-se um dote para que um homem comprasse sua esposa. A poligamia era a norma comum (NUNES, 1987, p. 64).

Chwartz (1999) comenta que a esterilidade era considerada o tema primordial do passado bíblico e enfatiza que a fé e a crença em Deus fomentava a maternidade, o que nos leva à ideia de que pela fé era possível reverter a condição de estéril e alcançar o papel materno.

Vê-se que a infertilidade feminina se alastra a outras personagens como Raquel, Rebeca e Isabel. Na época, a fertilidade significava uma Aliança de Deus com os homens e estava posta desde as promessas a Adão e Eva no Jardim do Éden que incluía a abundância e descendência numerosa de filhos de gerações a gerações.

Logo, ao considerar maternidade como recompensa de prosperidade são apresentadas dois tipos de mulheres: as virtuosas vistas como santa, digna, de boas qualidades e, portanto, merecedora do amor do esposo e do

olhar misericordioso de Deus; e as ímpias como a pecadora (Maria Madalena), a sedutora (Eva que forçou o homem a ser desobediente a Deus), a adúltera (Maria de Betânia que foi apedrejada). A aplicação desses adjetivos é uma constante nos textos bíblicos.

A imagem positiva da mulher é atribuída à santidade, à virgem e à maternidade, cumprindo-se o papel de mãe. Mesmo aquelas consideradas estéreis, em dado momento tornam-se mães pela sua fé. É a Sarai de Abraão (mulher virtuosa), a Isabel de Zacarias (fiel companheira), a Rebeca de Isaac (mulher hospitaleira e prestativa). Todas nomeadas a partir da relação com seus maridos, indicando uma relação de posse.

Rebeca, protótipo de mulher virtuosa como aponta o livro de Gênesis, capítulo 24, versículo 16, revela-se como uma moça “[...] extremamente bela, virgem e homem algum a havia possuído” (Gn, 24: 16). Entretanto, também era considerada estéril. Devido às suas súplicas e sua virtude da paciência e da fé Rebeca concebeu pela permissão de Deus, os gêmeos Esaú e Jacó.

Ao oposto desta, tem-se Jezabel. É descrita como uma mulher que foge dos preceitos morais da época. Era muito bela e utilizava-se de sua beleza e de seus encantos para alcançar seus objetivos. Filha de um rei prestava idolatria a *Baal*, outro Deus que não o Deus hebreu. Era ousada a ponto de mandar levantar um templo para *Baal* e se compadecia de profetas das religiões pagãs. A inversão de papéis, em que o homem como esposo torna-se nulo pelas decisões da mulher, é evidente na atuação de Jezabel, que passa por cima da autoridade de seu marido na venda de uma vinha. Diante do seu enfrentamento ao Deus de Abraão e de assumir seus desejos, foi considerada uma mulher ímpia recebendo como castigo a maldição de uma morte trágica caindo da janela e pisoteada por animais que passavam por ali como narra o Livro dos Reis, capítulo 9, versículo 33: “Atirai-a, daí abaixo. Jogaram-na, e seu sangue salpicou as paredes e os cavalos; estes a esmagaram aos pés” (II Rs, 9: 33); e versículo 35: “Foram para sepultá-la, mas só encontraram dela o crânio, os pés e as palmas das mãos” (II Rs, 9: 35). Sua história serve como

um aviso, um conselho para as mulheres que pretendem agir em desobediência aos seus maridos.

Sobre essa questão referente aos castigos e penas, Assis e Muneratto (2013) analisam a sua adoção divergia para homens e mulheres, visto que era estabelecida uma diferença entre crime e pecado. Se uma mulher traísse o marido, ela era punida com a morte, visto que tal ato era tomado em oposição à honra. Por outro lado, o mesmo ato proferido pelo marido não configurava uma afronta à integridade do casamento. Os autores afirmam que:

Essas narrativas ajudam-nos a compreender o caráter econômico que havia por trás do adultério. A diferença entre crime e pecado mostra-se, nos episódios citados, diretamente ligada à condição social dos adúlteros. Maria Madalena seria apedrejada até a morte, muito provavelmente por ser mulher e pobre; já o rei Davi não foi punido de acordo com a lei da Igreja (p.91).

Champlin (2003) aponta que não há relato de mulheres ímpias que fossem estéreis. Porém Micol, filha de Saul e esposa de David, nos chama a atenção por receber de Deus a esterilidade como um castigo por criticar o seu esposo como citado no Livro de Samuel, capítulo 6, versículo 23: “E até o dia de sua morte, Micol, filha de Saul, jamais teve filhos” (II Sm, 6: 23). A esterilidade é posta como uma punição e ser incapaz de gerar filhos significava uma maldição divina. A benevolência de Deus surge como um presente àquelas que confiam nele como se através da infertilidade e da fé, a graça divina da maternidade fosse alcançada.

Chouraqi (1990) comenta que “a esterilidade era uma punição terrível; tudo era empregado – a oração, os tratamentos e até a bruxaria” (p.144). Entretanto, a cura só se dava pelo poder de Deus. O autor sintetiza, apontando o devido lugar da mulher na versão religiosa:

Na vida cotidiana, elas cuidam da casa, de que são a alma. Moer o trigo, assar o pão, preparar alimentos, buscar água nos reservatórios ou trazê-las das fontes em jarros que mantém equilíbrio na cabeça, criar e educar filhos, representar o difícil papel da esposa no seio de um casamento poligâmico, numa família e num clã que sempre compreendem várias dezenas e até várias centenas de pessoas,

cuidar sobretudo da pureza e da santidade do lar – eis a vida dela. (CHOURAQUI, 1990, p. 146).

Concorda Badinter (1985), ao apontar que o ser mulher se fazia pela maternidade. Este preceito repercute ainda hoje em nossa sociedade religiosa embora o advento do feminismo tenha colaborado em tentativas de uma mudança de olhares sobre a mulher.

Nesta vertente religiosa da construção de papéis de homem e de mulher se efetivam os lugares e atributos de cada um. À mulher são conferidas qualidades como passiva, terna, calma, serena. Em algumas passagens são feitas referências à sua pessoa a partir do traço de fragilidade como em Pedro, capítulo 3, versículo 7: “[...] vossas mulheres são de um vaso frágil” (I Pe, 3: 7). Nesta mesma passagem, “vaso frágil”, em versões mais recentes, é substituído por “sexo mais fraco” (BÍBLIA JOVEM, 2002). Em outro lugar, é citada como “mulher virtuosa” aquela que sustenta funções como ser companheira do homem, dar-lhe filhos e educá-los:

Uma mulher virtuosa. Ela procura lã e linho e trabalha com a mão alegre; põe a mão na roca e seus dedos manejam o fuso; vigia o andamento de sua casa; seus filhos se levantam para proclamá-la bem-aventurada. (PROV, 31, p. 10-28).

Já o homem recebe denominações como “o guerreiro”, “o provedor”, “o homem da casa” e “meu senhor” como era chamado pela mulher no Antigo Testamento. Seguindo esse discurso, Lemos (2011, p. 13) afirma que “[...] o cristianismo foi uma das instituições que mais contribuiu para a inserção do homem enquanto provedor e mantenedor da moral e ‘dos bons costumes’”. Tal afirmação é seguida por Chouraqi (1990, p. 45) que adverte:

De Eva à sulamita do Cântico dos Cânticos, a Bíblia pinta uma impressionante galeria de mulheres. A mãe, a esposa, a rainha, a mulher-soldado, a feiticeira, a concubina, a adúltera, a profetisa, a noiva, a irmã, a prostituta, a espiã, a sedutora, a intrigante, a mulher

de negócios, a chefe do clã, a tentadora, a amorosa [...] todas elas figuram nessa extraordinária legenda dos séculos de Israel, que se estende por quase dois milênios.

Na passagem do Antigo para o Novo Testamento observa-se uma mudança de posição na relação homem-mulher em que se instaura uma visão de relacionamento afetivo baseado no amor proposta por Jesus Cristo que institui novos princípios. Jesus pôs a mulher ao lado do homem não como sua escrava e sim como companheira:

Ao pregar o amor ao próximo, o Cristo punha um freio à autoridade, de onde quer que viesse. Reforçava o companheirismo e, portanto, a igualdade dos esposos, fazendo do casamento uma instituição divina. Assim, punha fim a um poder exorbitante do marido, o poder de repúdio, e à poligamia (BADINTER, 1985, p. 30).

Entretanto, embora haja uma suposta melhora da visão da mulher, o apóstolo Paulo altera o pensamento de Jesus (expresso nos evangelhos). Revela que ainda que o homem e a mulher tenham os mesmos direitos e deveres, “trata-se de uma igualdade entre pessoas que não são idênticas, o que não exclui uma hierarquia” (BADINTER, 1985, p. 35).

### **Considerações Finais**

A construção da masculinidade expressa no texto que fundamenta a religião judaico-cristã é marcada por uma concepção de homem pautada na superioridade, demonstrando que, desde sua origem pela vontade divina, o lugar do masculino já se encontrava demarcado. Acreditamos que as funções que foram atribuídas aos homens e mulheres desde a descrição do nascimento do mundo, compuseram uma masculinidade caracterizada por um modo de agir e de existir pautado na hierarquia do homem sobre a mulher além de elementos, instrumentos e valores que contribuíram para endossar, em comparação à mulher, um lugar para privilegiado para o homem.

Neste contexto, a partir da relação homem/mulher, é possível compreender os caminhos pelos quais a masculinidade foi produzida e moldou-se a partir de um homem-Deus. Ou seja, o homem apareceu em todo percurso bíblico personificado como o todo-poderoso e, portanto, portador de poder. Assim, os adjetivos como superior, forte, viril e corajoso configuraram sua masculinidade para uma visão una, ímpar: uma única forma de ser masculino (NOLASCO, 1993). Tal masculinidade sustentou uma posição social do ser homem que ao atravessar gerações, ainda hoje permanece.

A religião alicerçou funções de homem e de mulher, de pai e de mãe, de marido e de esposa. Dá-nos a impressão de que por um lado enquanto o homem ocupava o centro, a mulher ocupava as margens. A masculinidade se fez por conteúdo, as mulheres pelos contornos desta. O homem trouxe em sua composição uma história inscrita – expectativas, tradição, desígnios – de um masculino em ação para perpetuar a espécie. Essa construção bíblica colaborou para formatar clichês, protótipos e estereótipos formulados a partir de uma narração que tem como fundamento uma masculinidade fomentada numa concepção machista que repercute na sociedade atual. À primeira vista, nos parece que o homem bíblico foi um homem protegido por Deus que comportou em sua masculinidade mais privilégios do que desvantagens, mas que no decorrer da história se viu prisioneiro de si e dos supostos privilégios herdados na sua origem.

Analisa-se, portanto, que as influências cultural e religiosa colaboraram para a concepção de homem apoiado em alicerces patriarcais e de conservadorismo e legitimaram um lugar de superioridade masculina que se reverbera na atualidade das relações afetivas e sociais. Pôde-se perceber que os homens não lutaram por uma igualdade e, aparentemente, não quiseram alcançar outros postos por si não ocupados como as mulheres. Deste modo, diante de tais imposições e composições construídas, sair deste lugar demarcado parece torna-se uma “tarefa de Hércules”, pois há de se enfrentar barreiras visto que ainda hoje o homem se depara com uma masculinidade esquadrinhada não diante apenas de uma sociedade, como também diante de

si mesmo, o que coloca em xeque um novo lugar para existir e pertencer. A desconstrução de tal perfil identitário trata-se de um processo lento e não linear que faz repensar toda uma história construída na qual o discurso religioso deu a sua contribuição. Conforme pontuam Toldy e Santos (2016, p.44)

A recusa do reconhecimento do gênero e do sexo como construções políticas e culturais desencadeia, assim, dinâmicas públicas que procuram regular a ordem social à luz de um dado conceito de natureza, e não de identidades múltiplas, conferindo suporte ideológico a práticas sexistas [...].

O presente traz resquícios do passado, do que se viu, viveu e se construiu. De alguma forma, ao tomar as características hegemônicas, não é possível menosprezar os movimentos de multiplicidade presentes nas relações em busca de uma legitimação na **sociedade**, o que nos mostra a contraposição às formas sedimentadas de masculinidade. Assim, não se observa um ponto de ruptura, mas a existência de alterações nas práticas e significados que apontam diferentes visões de mundo que vão se infiltrando, capilarizando, de forma a promover uma nova maneira de se vivenciar a masculinidade. Os movimentos não são totalitários, não são únicos. São múltiplos e dinâmicos.

O positivo de toda essa construção é averiguar que mesmo sob um discurso que possui uma visão restrita sobre possíveis posições no mundo, o ser homem na contemporaneidade caminha para novos enveredamentos: de um homem provedor financeiro para um homem gerenciador de seus próprios afetos capaz de se desdobrar em várias facetas e abarcar outras funções além das já existentes e declaradas masculinas. Um homem que tem nas mãos a possibilidade de sua própria escolha de identidade, uma identidade plural.

Assim conclui-se, que para se chegar até aqui, nos moldes contemporâneos, conceitos demarcados como, por exemplo, o significado de ser homem, a paternidade e a relação com o desempenho sexual terão que ser repensados, uma vez que as fronteiras de uma masculinidade já estruturada se apresentaram por muito tempo como barreiras ao novo. É possível alterar o

curso de sua história a partir do entendimento de que não há um destino a ser cumprido, determinado, pré-concebido como proposto pelo discurso religioso, conforme foi possível visualizar ao longo desse artigo. Daí uma masculinidade flexível pode avançar, configurando e construindo novas proposições.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gustavo de Castro Patricio de. Neocoservadorismo religioso em grupos protestantes In: **Anais** dos Simpósios da Associação Brasileira da História da Religião, 2015.

ALMEIDA, Jane Soares; GOMES, Calil Siqueira. De Eva a Maria: a Igreja e o matrimônio católico - educação religiosa e normas de conduta para mulheres. **Série-Estudos**. [S.l.], p.253-264, dez. 2013.

ASSIS, Anne Caroline Moraes de; MUNERATTO, Bruno Gustavo. Gení apedrejada, Madalena arrependida e Maria santificada: relações entre a misoginia no imaginário cristão e o respaldo ideológico na perpetuação da violência contra a mulher. **Revista Diálogos Acadêmicos**, v. 2, n. 2, jul./dez. 2013.

AZEVEDO, Reinaldo. O IBGE e a religião: cristãos são 86,8% do Brasil; católicos caem para 64,6%; evangélicos já são 22,2%. **Revista Veja** [on line]. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2/>. Acesso em 10 fevereiro 2017.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985.

BIBLIA JOVEM. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2002.

BLACKHAM, Harold John. **A religião numa sociedade moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1991.

CAMPBELL, Joseph. **As máscaras de Deus: mitologia ocidental**. São Paulo: Palas Athena, 2004.

CHAMPLIN, Russell Norman. **Antigo testamento interpretado versículo por versículo**. SÃO PAULO: Hagnos, 2003.

CHOURAQUI, André. **Os homens da Bíblia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHWARTS, Suzana. **Uma Visão da Esterilidade na Bíblia Hebraica**. São Paulo: USP, Humanitas. 2015.

COELHO, Carla Naoum. **Ampliando horizontes: Análise de interpretações do feminino a partir do texto bíblico**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GO, Brasil.

COSTA, Alcindo. **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Stampley, 1974.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ECCO, Clóvis. A Função da Religião na Construção Social da Masculinidade. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiás, v. 14, n.1, p. 93-97, jan-jun, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1990). **Mini-Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

LEMOS, Fernanda. A Representação Social da Masculinidade na Religiosidade Contemporânea. São Paulo: **Revista do Grupo de estudos de Gênero e religião** Mandrágora/ Netmal. v. 1, p 7-17 In Revista, 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Bondade, substantivo feminino: escoço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. **História: Questões & Debates**, [S.l.], v. 59, n. 2, p. 143-170, dez. 2013.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a Sexualidade**. Campinas: Papyrus, 1987.

OSHIRO, Claudia Maria Poleti. **Violência de gênero e religião: uma análise da influência do cristianismo em relações familiares violentas a partir de mulheres acolhidas nas casas abrigo regional grande abc e de homens autores de violência doméstica**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, SP, Brasil.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino. Laclau e Foucault: Desconstrução e Genealogia. In: D, MENDONÇA; L.P.R. RODRIGUES (Org.). **Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso**. p.163-181. Porto Alegre: EDIPUCRS.

SHINE, Sidney Kiyoshi. **A espada de Salomão: a psicologia e a disputa de guarda de filhos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

SOUZA, Ezequiel. Olhares sobre a identidade masculina. **Protestantismo em Revista**, v. 21, p. 34-42, 2010a.

SOUZA, Ezequiel. Masculinidades e religião: um olhar masculino. In: **Anais Eletrônicos do Fazendo Gênero 9**. Florianópolis: UFSC, 2010b.

TOLDY, Teresa Martinho; SANTOS, Ana Cristina. Religião, gênero e cidadania sexual: Uma introdução. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.110, p.43-50. 2016.

ZILLES, Urbano. **A modernidade e a Igreja**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

